

IV SUSTENTARE & VII WIPIS
WORKSHOP INTERNACIONAL
Sustentabilidade, Indicadores e Gestão de Recursos Hídricos
de 16 a 18 de novembro de 2022

EVENTO GRATUITO TOTALMENTE ONLINE

Realização: SUSTENTARE FUD CAMPINAS WIPES

Apoio: Agência das Rocias PCJ COMITÊS PCJ

PROGRAMA RENDA AGRICULTOR FAMILIAR NA PROMOÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA FAMÍLIAS RURAIS NO ESTADO DO PARANÁ

Adriane Rodrigues Zboralski, Instituto de Desenvolvimento Rural Do Paraná- IDR, adriane.2021@alunos.utfpr.edu.br

Larisse Medeiros Gonçalves, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), larisse@alunos.utfpr.edu.br

Wilson Itamar Godoy, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), godoyutfpr@gmail.com

Resumo

O objetivo desse trabalho é de analisar a atuação do Programa Renda Agricultor Familiar no que se refere a promoção da SAN das famílias agricultoras em situação de vulnerabilidade social no estado do Paraná. A delimitação do estudo é dada pelo estado do Paraná, escolhido por ser o único estado brasileiro atuante no Programa Renda Agricultor Familiar. Aplicou-se uma pesquisa de perfil descritiva-exploratória, quali-quantitativa. A coleta se deu a partir de dados secundários do estado do Paraná, explorados a partir de relatórios e planilhas, bem como relatos de casos (dados qualitativos) adquiridos, principalmente, à Secretaria da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF). Além disso, houve aporte com revisão bibliográfica. Os resultados demonstraram os resultados do programa Renda Agricultor familiar desde o início do projeto no ano de 2015, até maio de 2021, foram 16 milhões investidos, os recursos do projeto foram provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com contrapartida do Estado e do Fundo Estadual de Combate à Pobreza, beneficiando diretamente 6.154 famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Os relatos qualitativos, apontam que há um reconhecimento dos usuários do programa para contribuição da mesma na SAN.

Palavras-chave: Políticas de inclusão social e produtivas, agricultura familiar e sustentabilidade.

1. Introdução

A Um dos materiais mais atuais publicados pela *Food and Agriculture Organization* (2022), traz o estado de segurança alimentar e nutrição no mundo, com uma sugestão legítima de redefinir políticas alimentares e agrícolas para tornar as dietas saudáveis mais acessíveis. E é nesse escopo que esse trabalho vem se desmembrar, focando-se no grupo de atores sociais que produzem a alimentação para suas localidades.

A produção de comida realizada a partir da hegemonia está minando o ambiente no qual essa sobrevivência se baseia, Garnett (2013) afirma que o meio ambiente e todos seus elementos precisam estar em simbiose com a produção de alimentos, por isso, é importante pensar neles para nossa sobrevivência como espécie. No entanto, numerosos estudos têm mostrado que a



cadeia de abastecimento de alimentos está comprometendo seu funcionamento: é uma das principais causas de emissões de gases de efeito estufa (GEE), extração insustentável de água e poluição, desmatamento e perda de biodiversidade.

É nesse sentido que a agricultura familiar (AF) é importante para desencadear formas mais sustentáveis de produzir alimentos. Ela tem papel fundamental para Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), pois geralmente, ela trabalha em agroecossistemas biodiversos, fornecendo uma maior alternativa nutricional para população. Não se limitando a essas questões, a AF também tem grande potencial de administrar melhor os recursos naturais, protegendo o meio ambiente (FAO, 2019).

a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, possui metas importantes que abrangem tais debates, como por exemplo a ODS 2 que visa “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a nutrição melhorada e promover a agricultura sustentável”. No entanto, Caron et al. (2018) explanam em suas pesquisas que a agricultura tem sofrido com a falta de interesse e investimento público nas últimas décadas, especialmente as de menor escala. Diante desse contexto, salienta-se que para avançar em direção a meta de SAN em todos os âmbitos, é importante examinar o atual apoio político ao setor de alimentos e agricultura, a fim de identificar as reformas políticas mais necessárias (FAO, 2022).

No Paraná, há uma política pública de inclusão social e produtiva, chamada Programa Renda Agricultor Familiar, que busca fortalecer a SAN por vias multidimensionais. Tais famílias rurais atendidas, encontram-se em situação de pobreza ou extrema pobreza, e consequentemente, a maioria dessas se alimentam de forma inadequada ou não possuem as condições necessárias para a produção de alimentos. Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo analisar a atuação do Programa Renda Agricultor Familiar no que se refere a promoção da SAN das famílias agricultoras em situação de vulnerabilidade social no estado do Paraná.

O texto está organizado em: esta sessão introdutória, em seguida a metodologia e dois tópicos teóricos intitulados " contextualizando a Segurança Alimentar e Nutricional em áreas rurais" e “a importância de políticas de inclusão social e produtivas: autoconsumo e SAN”, posteriormente, os resultados e discussões sobre a análise, seguido das considerações finais.

2. Fundamentação teórica

2.1 Relacionando a Segurança Alimentar e Nutricional e a Agricultura Familiar

Antes de compreender sobre a SAN em ambientes rurais, é importante traçar suas definições. A SAN é ampla e permeia vários setores (desde a produção de alimento até sua distribuição). Gonçalves *et al.* (2020, p.04) explicam que ela ligada a toda cadeia de alimentos “produção, consumo, distribuição, comercialização, estabilidade na oferta de alimentos, políticas públicas, nutrição e saúde, etc.”

A SAN “foge à ideia de simplesmente nos manter saciados”, trata-se de qualidade que possa assegurar uma boa nutrição e saúde” (GONÇALVES *et al.*, 2020, p.03). Por ser um tema amplo e abrangente, também é um campo de disputas conceituais (MALUF, 2007). Um dos



conceitos de SAN foi cunhado na II Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional (II CNSA), ocorrido em 2004, na cidade de Olinda, que a define como:

[...] a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (CONSEA, 2004, p.4).

A Comissão EAT-Lancet, no ano de 2019, em seu relatório sobre dietas saudáveis a partir de sistemas alimentares sustentáveis afirmam que “ a comida é a alavanca mais forte para otimizar a saúde humana e a sustentabilidade ambiental na Terra”. A Fao (2019) também traz uma atualização sobre alimentos saudáveis e sustentáveis, que conectam-se à SAN, a instituição elencou 6 elementos que reforçam essa relação, como pode-se visualizar no quadro 1.

Quadro 1. Elementos que precisam estar presentes para que os alimentos produzidos sejam considerados saudáveis e sustentáveis.

1	Preserva produtos alimentícios tradicionais, contribui para a soberania e segurança alimentar e qualidade do autoconsumo.
2	Fortalece e conserva a biodiversidade, tendo potencial para uso sustentável dos recursos naturais
3	Promove sistemas agroalimentares menos vulneráveis aos desequilíbrios ambientais.
4	Apoia a integração sustentável entre áreas urbanas e rurais
5	Cria oportunidades econômicas, através da transformação e resiliência através das circunstâncias importas, bem como, beneficiamento de produtos e geração de serviços e infraestruturas
6	Possui forte articulação em redes solidárias e humanizadas

Fonte: Autoria própria (2022), adaptado de (FAO, 2019a).

É nesse viés que a compreensão do campesinato tem protagonismo ativo na SAN, especialmente os de base ecológica. Para Leff (2022) existe uma grande relevância nas comunidades rurais, pois, eles sustentam valores de uma racionalidade ambiental que induz questionamentos de “habitam a Terra, seu enraizamento em seus territórios de vida, a vitalidade de seus imaginários ambientais, seu potencial para tornarem-se os atores sociais da construção de um mundo sustentável” (LEFF, 2021, p.30). A AF pode contemplar estes 6 quesitos, dando um suporte na SAN territorial.

Ploeg (2021) comenta que para o fortalecimento da SAN, deve-se deixar de dar enfoque aos impérios alimentares, contornando e reconhecendo o papel das famílias agricultora na potencialização da mesma. Preiss et al. (2020) afirmam que vários fenômenos têm trazido evidências de que o sistema agroalimentar hegemônico está no cerne de uma série de crises socioambientais.

Nessa ideia, “a multidiversa agricultura familiar camponesa, renovada e ressignificada pelas práticas e valores postulados pelo movimento agroecológico, é um fenômeno social emergentes ativadores da imaginação política” (PLOEG, 2021, p.34), que induz um processo

de melhores condições para alimentação, não apenas da população consumidora de seus produtos, mas para eles mesmos, através do autoconsumo.

Um ponto importante, é que para que haja um fortalecimento da SAN através desse grupo estratégico, o estado deve ter parte neste incentivo, com políticas de integração, como as sociais produtivas. A figura 1 busca ilustrar essa relação.

Um imenso desafio para a humanidade é fornecer uma população mundial crescente com dietas saudáveis a partir de sistemas alimentares sustentáveis. Embora a produção mundial de calorias em geral tenha acompanhado o crescimento populacional, mais de 820 milhões de pessoas ainda não têm comida suficiente, e muitas mais consomem dietas de baixa qualidade ou comida demais (EAT LANCET, 2019).

Nesse sentido, Schneider (2010) destaca que a AF particulariza-se pela diversidade de práticas, que variam de acordo com a conjuntura em que a família se encontra, considerando os ecossistemas ou biomas no qual a propriedade está inserida, fatores históricos e culturais de regiões, questões socioeconômicas, entre outros. Com uma percepção inversa à da agricultura industrial, o espaço rural ocupado pela AF agrega questões de sociabilidade, cultura local, e desenvolvimento regional amplamente vinculadas aos princípios da SAN (CORONA; PEREIRA, 2013). Por isso, há uma essencialidade em fomentar esse grupo, principalmente, os que se encontram em vulnerabilidade social, através de políticas públicas de inclusão.

Figura 1. Demonstração de fortalecimento da SAN através do engajamento da AF.



Fonte: Autoria própria (2022).



A importância de políticas de inclusão social e produtivas: autoconsumo e SAN

Sen (2000) discorre que a pobreza compreende as privações de recursos materiais e de acesso aos serviços sociais. Dessa forma, são consideradas como pobres, as pessoas desprovidas de renda ou de outros recursos necessários para manter as condições de vida adequadas, seja em termos de alimentação, acesso a bens materiais e aos serviços sociais básicos, além de outras comodidades que permitem a sua participação nas sociedades, nesse caso, aqui nessa seção será tratada sobre alimentação adequada e de qualidade, bem como recursos para produzi-la.

Há um debate acerca da pobreza e da insegurança alimentar e nutricional (INSAN), demonstrando que as duas estão intimamente ligadas. Hoffmann (1995) já alertava sobre a intensificação dessa problemática, o autor descrevia que a insuficiência da alimentação e outras condições impróprias para a saúde, associadas ao baixíssimo poder aquisitivo de grande parte da população brasileira, manifestam-se em indicadores antropométricos de desnutrição.

Em lugares de extrema pobreza, como em pontos da Etiópia, por exemplo, em que continuam sendo a região com a maior prevalência de desnutrição, com cerca de uma em cada quatro pessoas em cerca de um bilhão estimadas como subnutridas, a agricultura não avança por questões de recursos e políticas de desenvolvimento, mesmo a produção no âmbito do autoconsumo (KASSEGN; ENDRIS, 2021).

Utilizando a abordagem das capacitações de Sen (2000) exalta a importância de analisar pobreza a partir das privações das capacidades, devido que múltiplas dimensões devem ser consideradas, para além da falta de renda e que entre as populações que mais sofrem privações relativas estão as que residem no meio rural.

Por isso, a importância de políticas de inclusão social e produtivas. As mesmas podem ser definidas, de maneira objetiva, como: políticas de combate à pobreza, fortalecendo também, a engrenagem produtivas das famílias assistidas (BICHIR, 2010; PAIVA et al., 2013; MEDINA, NOVAES; TEXEIRA, 2017). Para Silva (2020, p.14) “trata-se de programas voltados à inclusão produtiva de indivíduos em idade ativa, com o intuito de garantir a autonomia de renda e combater, em articulação com as demais políticas de proteção social, o ciclo geracional da pobreza”.

Destaca-se que tais programas, em especial, os que são atuantes no meio rural, contribuem para a melhoria da SAN. Recentemente tem ganhado espaço os programas voltados à inclusão produtiva de indivíduos em idade ativa, com o intuito de garantir a autonomia de renda e combater, em articulação com as demais políticas de proteção social, o ciclo geracional da pobreza (SILVA, 2020).

Uma vez que potencializam a produção para autoconsumo, sendo este um fundamental meio de mitigar a pobreza no em tais localidades, reduzindo o estado de vulnerabilidade social e insegurança alimentar entre os agricultores e agricultoras familiares. Torna-se portanto uma relevante estratégia para a reprodução social destas unidades (GRISA; SCHNEIDER, 2008). É indispensável que políticas públicas não desconsiderem a importância da produção para autoconsumo, articulando distintos setores em prol do fortalecimento da categoria da agricultura familiar (GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010).



Esses programas são relevantes também para a orientação de ações dirigidas ao pacto internacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), junto à Organização das Nações Unidas (ONU), com destaque para o ODS 1, “erradicação da pobreza”; o ODS 8, “promoção do trabalho decente e desenvolvimento econômico”; e o ODS 10, “redução das desigualdades” (IPEA, 2019; CEPAL, 2019).

Conforme Grisa e Schneider (2015, p.24) “o Estado tem um papel a cumprir mediante um conjunto de políticas públicas dirigido para esses atores sociais historicamente excluídos”. Entretanto, embora tais programas tenham grande importância para o desenvolvimento e qualidade de vida da população, Gazolla, Aquino e Simonetti, (2017, p.179), afirmam que “Os agricultores familiares pobres recebem pouco financiamento via linhas de crédito oficiais e boa parte se reproduz através dos programas e políticas sociais do Estado”.

Podendo ser um ponto de referência, no estado do Paraná, além das políticas públicas de transferência de renda do governo federal e de programas e ações do estado e dos municípios, entre outras, tem-se o programa renda agricultor familiar como fomento de atividades produtivas, bem como de inclusão social, em que será detalhado na sessão seguinte, afim de demontsrar sua relação com a SAN e a qualidade de vida das famílias assistidas.

3. Metodologia

3.1 Delimitação geográfica da pesquisa

A delimitação do estudo é dado pelo estado do Paraná, escolhido por ser o único estado brasileiro atuante no Programa Renda Agricultor Familiar. O estado do possui 399 municípios e uma área territorial de 199.298,982km² com população estimada para 2022 de 12.342.362 pessoas. Sua densidade demográfica calculado no último censo do IBGE foi de 52,40 hab/km². O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado é de 0,749 (IBGE, 2010).

Em relação aos sistemas de produção agropecuários (SPA) do Paraná (2017), Laurenti, Soares Júnior e Costa (2022) afirmam que entre os dez principais grupos de atividades agrícola há predominância do segmento familiar entre as unidades produtivas e na ocupação de pessoas.

3.2 Tipo de pesquisa

Para alcançar o objetivo desse estudo, aplicou-se uma pesquisa de perfil descritiva-exploratória, quali-quantitativa, neste tipo de trabalho ocorre a aproximação inicial com o tema a ser estudado, através compilado de literatura base, em seguida, descreve-se as características de uma situação ou de um grupo de indivíduos, traçando uma análise de acorco com objetivo (GIL, 2002; OLIVEIRA, 2008). Em relação ao quali-quantitativo, é considerado por Johnson e Onwuegbuzie (2004) como um estudo mais completo, havendo a complementação de informações. Para os autores esse tipo de estudo supera o dualismo entre construtivismo e positivismo, oferecendo uma nova lógica e uma nova prática na pesquisa.

3.3 Coleta de dados

A coleta se deu a partir de dados secundários do estado do Paraná, explorados a partir de relatórios e planilhas, bem como relatos de casos (dados qualitativos) adquiridos juntos à Secretaria da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), a Secretaria de Estado do Desenvolvimento



(SEDS), a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) e Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR)-Paraná. Enfatiza-se que também foi utilizada revisão bibliográfica para incorporar a discussão e tópicos de embasamento teórico.

4. Resultados

O programa renda agricultor familiar é um exemplo de política pública de inclusão social e produtiva como alternativa a superação da vulnerabilidade social de famílias agricultoras em situação de vulnerabilidade social. O programa é uma ação do programa Nossa Gente Paraná, para atendimento às famílias rurais em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Desenvolvido pela SEJUF em parceria com a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB), Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná) e municípios, tem como objetivos contribuir para a melhoria da segurança alimentar e nutricional das famílias, desenvolver atividades geradoras de renda e promover o acesso a políticas públicas destinadas à proteção social das famílias do campo (SEJUF, 2021).

Conforme a SEJUF (2021) podem ser selecionadas pelo programa renda agricultor familiar as famílias em situação de vulnerabilidade social conforme o IVF-PR, cadastradas no CadÚnico, incluídas no programa Nossa Gente Paraná, residentes na área rural de municípios prioritários e com renda mensal per capita de até R\$ 178,00.

O programa renda agricultor familiar, consiste em um trabalho de assistência técnica e extensão rural, realizado por um extensionista do IDR-Paraná. Ele constrói, juntamente com a família, um projeto de estruturação produtivo, que pode abranger atividades em três áreas: saneamento básico, com a construção ou melhoria de banheiro, proteção de fontes, destinação adequada das águas usadas; produção para autoconsumo, com investimento em atividades como avicultura, horticultura, fruticultura, entre outros e apoio a processos produtivos, com geração de renda por meio de atividades agrícolas e não-agrícolas. Para subsidiar essas atividades, cada família recebe um auxílio financeiro de R\$ 3 mil dividido em 2 parcelas (SEJUF,2021).

O programa renda agricultor familiar já atendeu mais de 6 mil famílias, com recursos de mais de 16 milhões de reais que são de contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e contrapartida do Estado do Paraná (SEJUF, 2021). A família deve investir esse valor no desenvolvimento de um projeto de estruturação produtiva, que deve ser elaborado pela família, em conjunto com os técnicos que as atendem, no caso do estado do Paraná são os extensionistas rurais do IDR-Paraná, este projeto deve estar em consonância com as potencialidades encontradas.

Os projetos apoiados podem ser: agrícolas, com exemplo em hortas e criação de pequenos animais ou não agrícolas, ou seja, artesanato, salão de beleza, entre outras atividades; realizadas por uma família ou coletivos; simples (apenas um item de produção) ou combinados. Podem participar do programa, as famílias do meio rural em situação de extrema pobreza, ou seja, que têm renda familiar mensal de até 89 reais per capita (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021).

Até 2021, foram cerca de 10.480 projetos, o total de atividades superior ao total de famílias, pois a família pode aplicar o recurso em mais de uma atividade. Das atividades Agropecuárias Apoiadas pelo Projeto Renda Agricultor as mais presentes estão a avicultura, horticultura, bovinocultura leiteira e suinocultura, atividades não agropecuárias se tem vários aparatos de complementação, como materiais para manicure e cabelereiro, ferramentas de prestação de serviços, artesanato, costura, bem como revenda de produtos, entre outros. O saneamento buscou o fomento de projetos de construção de banheiros e fossas sanitárias, assim como o abastecimento de água com proteção de fontes e aquisição de caixa d'água para armazenamento, principalmente no período de estiagem. Maiores detalhes podem ser vistos na tabela 1.

Tabela 1. Total de atividades apoiadas (conforme identificação dos subprodutos no Sistema).

Subproduto/Atividade	Quantidade
Saneamento - Construção/melhoria de banheiro	2.308
Produção - Aves	1.949
Produção - Horticultura	1.938
Produção - Bovino leiteiro	1.202
Produção - Suínos	728
Processos produtivos - máquinas/ferramentas para prestação de serviço	402
Saneamento - Canalização/abastecimento	371
Saneamento - Proteção de nascentes e fontes	199
Processos produtivos - Panificação	193
Outros	171
Processos produtivos - Produção e comercialização de alimentos	160
Processos produtivos - Artesanato	93
Produção - Olericultura	91
Processos produtivos - Costura	90
Saneamento - Tratamento dos efluentes (zona de raízes, fossa séptica, caixa de gordura e outros)	89
Produção - Erva mate	70
Processos Produtivos - Outros	58
Produção - Fruticultura	55
Produção - Abelhas/Mel	48
Produção - Carneiros/Ovelhas	39
Processos produtivos - outros (agrícolas)	37
Produção - Peixes	34
Produção - Bichos-da-seda	31
Produção - outros (agricultura)	31
Processos Produtivos - Salão de beleza/cabeleireiro/manicure	28
Processos produtivos - Material de Pesca	16

Processos produtivos - outros (não-agrícolas)	16
Produção - Café	10
Produção - Caprinos	8
Produção - outros (pecuária)	8
Produção - Bovino de corte	7
TOTAL	10.480

Fonte: Elaborado pela autora (2022) a partir dos dados disponibilizados (SEJUF, 2021).

Enfatiza-se que essa produção contribuiu na renda dessas famílias, bem como na incorporação de biodiversidade alimentar em suas dietas, impulsionando a SAN aos assistidos pela Política Pública. Díaz Méndez e Espejo (2014) debatem que dietas mais homogêneas na população podem indicar que as desigualdades diminuíram, mas também podem refletir um declínio nos padrões dietéticos nacionais que tendem a se assemelhar em uma sociedade que mina a diversidade cultural em favor de comportamentos culturalmente mais homogêneos. Ou seja, nesse caso, há uma maior heterogeneidade alimentar pelos esforços de estimular produções diversificadas, saindo de um campo alimentar padronizado nocivo.

Garnett (2013) denota que esforços nas políticas alimentares, relacionadas às produções biodiversificadas, ajudam a melhorar o perfil ambiental e de saúde dos alimentos, mas é essencial que haja uma reeducação alimentar para que os consumidores passem também a comprar alimentos de desse grupo social tão importante.

Outros dados importantes para serem destacados é que conforme o IDR-Paraná (2021), os resultados do programa Renda Agricultor familiar desde o início do projeto no ano de 2015, até maio de 2021, foram 16 milhões investidos, os recursos do projeto foram provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com contrapartida do Estado e do Fundo Estadual de Combate à Pobreza, beneficiando diretamente 6.154 famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

A SEJUF (2021) utilizando-se dos dados do CadÚnico, no ano de 2021 existiam no estado do Paraná aproximadamente 29 mil famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, então o programa Renda Agricultor familiar atende aproximadamente 20% das famílias pobres do estado do Paraná. Estes dados podem demonstrar o início de um grande trabalho a ser realizados, pois é necessário ampliar estes recursos para mais famílias, no entanto, os mesmos podem servir de aporte para considerarmos que tem tido uma mobilização do estado para retirada dessas famílias agricultoras da fome e pobreza.

Na publicação do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná Iapar-Emater - IDR-Paraná (2021), encontram-se além de muitas fotos também os relatos de resultados de mais de 50 famílias beneficiadas pelo Projeto Renda Agricultor Familiar, com depoimentos de extensionistas rurais do IDR-Paraná que contribuíram no planejamento e na execução do programa e das famílias. Em todos os depoimentos demonstram a satisfação das famílias com o programa principalmente na melhoria da renda familiar, nas melhorias de saneamento básico da propriedade e na realização de sonhos.



No que se refere ao tipo de atividade desenvolvida conforme IDR-Paraná (2021), nos projetos executados até maio de 2021, 63% do valor aplicado foram em atividades agropecuárias, principalmente de produção de hortaliças, frutas e frangos, visando a produção de alimentos para o consumo e a produção de excedentes para a comercialização, buscando melhoria na alimentação da família e na geração de renda, 9% foram investidos em projetos não agropecuários, como por exemplo aquisição de maquinário para prestação de serviços e 28% em melhorias de saneamento e abastecimento de água, já que até 1mil reais ou seja 1/3 do valor total do projeto poderia ser destinado a melhorias sanitárias e o restante para alguma atividade agrícola ou não agrícola. Esses resultados demonstram a diversidade e amplitude das ações do projeto.

Um dos principais relatos sobre a produção para autoconsumo é o da Regina Soares da Cruz, Vila Rural Ilha Grande, município de Alto Paraíso, ela afirma que: “para a gente foi muito bom participar, porque melhorou a nossa vida aqui. Eu gostaria de vender mais, mas de qualquer forma foi bom porque não falta frango para a gente e sempre fazemos um extra” (IDR-Paraná, 2021, p. 82). Percebe-se nesse depoimento a importância que a agricultora dá ao ter para o consumo a produção de proteína animal, o que anteriormente, a mesma família, tinha dificuldades em ter acesso, bem como produzir.

Outros relatos referentes a SAN são o da experiência de 2 famílias atendidas no município de Mariluz, em que as ações impactaram diretamente a produção de alimentos para a família, ampliando a oferta, qualidade e regularidade de proteína animal e de hortaliças, além de propiciar um reforço na renda com a venda de frangos “É nítida a melhora na qualidade alimentar da família, na renda indireta que foi alavancada e na ampliação do acesso a serviços e políticas públicas”, aponta a técnica Juliana Fonzar do IDR-Paraná, que assessorou a família (IDR-Paraná, 2021, p.83).

“Programas e políticas sociais como o Renda Agricultor Familiar cumprem a função de dar condições para que as pessoas na extrema pobreza tenham condições de produção para o autoconsumo e desenvolvam um projeto para geração de renda (IDR-Paraná, 2021, p.91).

No entanto, é certo que o projeto por si só, não será capaz de superar a pobreza das famílias rurais que vivem em vulnerabilidade. É necessário um olhar para os resultados que vão além da renda. Como foi possível observar nas histórias aqui apresentadas, muitos resultados intangíveis foram alcançados (IDR-Paraná, 2021, p.91). Conforme relato coordenadora do projeto no Regional de Irati:

“o maior impacto não foi o da renda, mas sim na melhoria das condições de vida, sobretudo quanto ao saneamento rural, na saúde e na segurança alimentar. Pode-se dizer que foi uma conquista para uma sociedade mais justa e igualitária, com equidade social” (IDR-Paraná, 2021, p. 92).



Há um olhar de esperança dos profissionais e dos assistidos pelo programa Renda Agricultor Familiar, isso porque houve melhora na qualidade de vida dessas famílias. Deve-se destacar o fortalecimento do alimento para autoconsumo que tem conseguido atender às necessidades da população participante dessa política, contribuindo assim, na SAN e na circulação da economia local.

5. Conclusões

O objetivo de analisar a atuação do Programa Renda Agricultor Familiar no que se refere a promoção da SAN das famílias agricultoras em situação de vulnerabilidade social no estado do Paraná, foi alcançado, diante a proposta metodológica descrita. Os resultados apontam um cenário promissor dentro do tempo de atuação do Programa. Destaca-se é fundamental a ampliação desse fomento para mais áreas.

Os resultados demonstram a importância da assistência técnica e extensão rural para esta categoria da agricultura familiar e o quanto é importante estratégias que fortaleçam a produção para o autoconsumo, buscando a melhoria e a diversificação da dieta alimentar da família, integrada com a gestão adequada e sustentável dos recursos naturais. Sendo a SAN um aspecto multidimensional, políticas públicas que busquem sua promoção visam proporcionar a população condições de acesso ao alimento em quantidade e qualidade que sejam adequadas as suas necessidades nutricionais. Assim, as perspectivas da SAN.

Para uma família que se encontra em situação de vulnerabilidade social acessar uma política pública como a do renda agricultor familiar, onde os projetos são planejados e orientados pela extensão rural, pode significar o aumento de produção de alimentos para o autoconsumo, melhorando a alimentação e a renda com a produção de excedentes para a comercialização melhorando as condições de alimentação da família.

7. Referências bibliográficas

- SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Editora Schwarcz, p. 135-187, 2000.
- BICHIR, R. M. O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. **Novos Estudos**. 87, 2010, 115-129p.
- CARON, P. et al. Food systems for sustainable development: proposals for a profound four-part transformation. **Agronomy for sustainable development**, v. 38, n. 4, p. 1-12, 2018.
- CEPAL. Programas sociales, superación de la pobreza e inclusión laboral. Santiago: CEPAL, 2019.
- CONSEA. **Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional**. Brasília, 2004.



CORONA, H.M.P.; PEREIRA, A.A. Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional: a comunidade da península da Ilha do Cavernoso no município de Candói/PR. Cronos: **Rev. Pós-Graduação em Ciências Sociais**. UFRN, Natal, v. 14, n.2, p.108 - 128 jul./dez. 2013.

DÍAZ MÉNDEZ, C; ESPEJO, I. G. La mirada sociológica hacia la alimentación: análisis crítico del desarrollo de la investigación en el campo alimentario. **Política y Sociedad**. 51, nº 1, pp. 15-49, 2014.

EAT LANCET. **Dietas saudáveis a partir de sistemas alimentares sustentáveis**. Relatório Sumário da Comissão EAT-Lancet. 2019, 32p.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Introducing the UN Decade of Family Farming. 2019a. Disponível em: < <http://www.fao.org/family-farming-decade/home/en/>>. Acesso em:21/08/2022.

FAO. Urban diets and nutrition: trends, challenges and opportunities for policy action. **Global Panel on Agriculture and Food Systems for Nutrition**. Policy Brief, London, n. 9, 2017.

FAO. Food and Agriculture Organization. **The state of food security and nutrition in the world**. 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cc0639en/online/cc0639en.html> Acesso em:15/08/2022.

FRIEDMANN, H. **Uma Economia Mundial de Alimentos Sustentável**. In: BELIK, W.; MALUF, R.S. (Orgs.). Abastecimento e Segurança Alimentar: os limites da liberalização. Campinas: IE/Unicamp, 2000. p. 01-21.

GARCIA, R. C. **Efetivação de direitos, novas institucionalidades e exigências de coordenação: o caso da inclusão produtiva**. Brasília: Ipea, 2011. (Boletim de Análise Político-Institucional, n. 1).

GARNETT, T. Food sustainability: problems, perspectives and solutions. **Proceedings of the Nutrition Society**. 2013, 72, pp. 29–39.

GONÇALVES, L. M. et al. Agrobiodiversidade, Agroecologia e Soberania alimentar: Considerações Acerca da Pandemia e o Alimento Sobre à Mesa. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 4, 2020.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. " Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, p. 481-515, 2008.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 125-146, 2014.

GRISA, Catia; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A " produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, v. 16, p. 65-79, 2010.



HOFFMANN, R. Brasil, 2013: mais segurança alimentar. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas. 21(2):422-436, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar Primeiros Resultados. Paraná: IBGE, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017: Resultados definitivos**. Paraná: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuario.html?=&t=downloads>. Acesso em: 21/08/2022.

IDR. Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná. **Programa Renda Agricultor Familiar**. Nossa Gente do Paraná – Renda Agricultor Familiar. Edição Especial Paraná, p.96, 2021.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Agenda 2030 – ODS**. Brasília: Ipea, 2018. https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Alimentar_II/textos_referencia_2_conferencia_seguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 01 dez. 2021.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: Ipea, 2019. v. 26.

KASSEGN, A.; ENDRIS, E. Review on livelihood diversification and food security situations in Ethiopia. **Cogent Food & Agriculture**, v. 7, n. 1, p. 1882135, 2021.

LEFF, Enrique. **Ecologia Política: Da desconstrução do capital à territorialização da vida**. SciELO-Editora da Unicamp, 2021.

LANG, T. **Alimentos sustentáveis para dietas sustentáveis? O desafio da saúde pública ecológica**. In: CUNHA, A. et al. (Orgs.). O futuro da alimentação: ambiente, saúde e economia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2013, 248p., 62-71p.

LAURENTI, Antônio Carlos; JÚNIOR, Dimas Soares; DA COSTA, Gustavo Vaz. Tipos de estabelecimentos agropecuários familiares no Paraná. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, n. ed. esp. Dossie, p. 217-238, 2022.

MALUF, R. S. J. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MEDINA, Gabriel; NOVAES, Evandro; TEIXEIRA, Sônia Milagres. Desenvolvimento local em territórios empobrecidos: possibilidades de inclusão social e produtiva de produtores rurais. **Interações (Campo Grande)**, v. 18, p. 27-40, 2017.

MARTINELLI, S. S.; CAVALLI, S. B. Alimentação saudável e sustentável: uma revisão narrativa sobre desafios e perspectivas. **Ciência & Saúde Coletiva**. 24(11):4251-4261, 2019.

PAIVA, L. H.; FALÇÃO, T.; BARTHOLO, L. **Do Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema**. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA. 2013, 494p., 25-46p.



PLOEG, J. D. van der. O sistema alimentar em tempos de Covid-19: ensinamentos para o futuro. *Revista Agriculturas. Cadernos para debate*, n. 3, 2021.

SEJUF. Secretaria da Justiça, Família e Trabalho. Nossa Gente do Paraná – **Renda Agricultor Familiar**. 2021b. Edição Especial (dez. ; Paraná, 2021. il. Edição Especial. (Dez 2021). Disponível em: <https://www.idrparana.pr.gov.br/system/files/publico/Diversos/NossaGenteParana.pdf> Acesso em:23/008/2022.

SEJUF. Secretaria da Justiça, Família e Trabalho. **Programa Renda Agricultor Familiar**. 2021. Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Renda-Agricultor-Familiar> Acesso em: 20/18/2022.

SILVA, S. P. **A economia solidária na estratégia de erradicação da pobreza extrema no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011. Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, v. 47.

SILVA, S. P. **A inclusão produtiva como eixo de política de proteção social: contexto latino-americano e questões para a realidade brasileira**. Texto para Discussão-IPEA, 2020.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **RURIS: Revista do Centro de Estudos Rurais**, Campinas, v. 4, n. 1, mar. 2010.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS. 2015, 622p., 181-200pp. (Série Estudos Rurais).

HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos avançados**, v. 9, p. 159-172, 1995.

JOHNSON, R. B.; ONWUEGBUZIE, A. J. Mixed methods research: A research paradigm whose time has come. **Educational researcher**, v. 33, n. 7, p. 14-26, 2004.

PREISS, P.; SCHNEIDER, S.; GRISA, C.; MOLINA, A. A. **Os sistemas agroalimentares e crise COVID- 19: é possível um cenário mais justo e equitativo?** In: POCHMANN, M.; SANTOS, R. P. Brasil pós-pandemia: reflexões e propostas. São Paulo: Alexa Cultural: 2020, 336 p, pp. 235-260.